

OS VELHOS E OS NOVOS PATRIMÔNIOS: ACERCA DO PROCESSO DE REMODELAÇÃO DA PRAÇA DA SÉ DE SALVADOR-BA E OS PATRIMÔNIOS ARQUEOLÓGICO, ARQUITETÔNICO E SOCIAL¹

Carlos Alberto Santos Costa
Mestre em Arqueologia e Conservação do Patrimônio – UFPE
E-mail: solracoteb@gmail.com

Resumo

Na história recente do Brasil a passagem do século XX ao XXI parece ter-se feito mais presente que nos outros locais do globo, haja vista a coincidência da comemoração de datas emblemáticas para este território: 500 anos do Brasil e 450 anos de Salvador. Muitos agentes mobilizaram-se em prol de marcar presença, demonstrando “sentimento patrimonialista”: empresários do turismo, políticos, artistas, profissionais da cultura, etc. Buscaremos analisar a convergência de novos e antigos patrimônios urbanos na Praça da Sé de Salvador, arquitetônicos e arqueológicos, re-significados em sua última re-modelação, entre 1998 e 2002, bem como a situação social flagrada, em detrimento de todo processo de “revitalização urbana”.

Palavras-chave

Patrimônios arqueológico e arquitetônico; sociedade; revitalização urbana.

¹ Agradeço a Dra. Betânia Cavalcanti-Brendle, a Dr. Carlos Etchevarne, a Dra. Fabiana Comerlato, a Ms. Aurea Tavares e a Ms. Luydy Fernandes pelas leituras, críticas e sugestões a este trabalho. A responsabilidade pelo conteúdo expresso restringe-se ao autor.

1. Introdução

O ano de 2000 foi um dos grandes marcos na história do Brasil e, em particular, na história de Salvador. Em razão das comemorações do quinto centenário do “descobrimento” do Brasil² e dos 450 anos de Salvador³, dois anos antes, em 1998, uma série de eventos foram planejados a fim de marcar ‘jubilosamente’ este momento: construção de praças, inaugurações de espaços culturais, exposições, etc. Naquele cenário, a cada instante um evento surpreendia, registrando, tornando evidente e emblemática as intenções políticas frente à opinião pública.

A importância histórica de Salvador, reconhecida em seu Centro Histórico e, ainda, legalmente assegurada nos planos estadual, nacional e mundial⁴, tornou evidente sua inserção nestas comemorações. Isto é, o sentido de antiguidade reconhecido na primeira capital do Brasil fez dele um dos alvos privilegiados deste momento. Na Bahia, não apenas a capital foi tão cogitada, mas, também o enclave no qual ocorreram as primeiras fricções étnicas que deram início ao que reconhecemos como Brasil; referimo-nos a área da Costa do Descobrimento, em que se destacam os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Caraíva.

Tal mobilização, contudo, não esteve restrita a esfera estadual, mas, manifestou-se no âmbito nacional e internacional. Como exemplos, a mega exposição itinerante “Brasil 50.000 anos: uma viagem ao passado pré-colonial”, planejada e executada pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, realizada inicialmente em Brasília e depois na capital paulista; a exposição “Os

² 22 de abril de 1500.

³ 29 de março de 1549.

⁴ Tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) como patrimônio estadual; tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio nacional; e reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

índios, nós”, que ocorreu no Museu de Etnologia de Lisboa, com artefatos indígenas e portugueses encontrados em museus de todo o Brasil; o reconhecimento de vinte e duas terras indígenas pelo governo FHC, incluindo-se aqueles que servem de atração turística na Costa do Descobrimento: os Pataxó de Coroa Vermelha (Ricardo, 2001); etc. Pois, qualquer intenção lançada ficaria marcada, concretizada emblematicamente naquele momento.

É justamente neste quadro que se insere a remodelação da Praça da Sé de Salvador-BA. Iniciada em agosto de 1998, a nova Praça suscitou a criação de uma série de atrativos no espaço público, dos quais as estruturas arqueológicas de três sítios que existem no local: a antiga igreja da Sé, o Colégio dos Jesuítas e a Praça Dona Isabel. É acerca deste processo que buscamos refletir.

2. A reconstrução da Praça da Sé: os novos e os velhos patrimônios

No quadro urbanístico do Centro Histórico de Salvador a Praça da Sé só passa a existir a partir de 1933. Isto, depois que seu espaço foi desocupado, com a demolição da igreja da Sé e de dois quarteirões oitocentistas que ali existiam até aquele instante. Ao longo de seus 70 anos (1933-2003), a Praça da Sé passou por uma série de mudanças, das quais cinco se destacam como principais, por promoverem mudanças drásticas no espaço urbano: 1934, com a sua construção e projeção de linhas de bonde, que só existiu até 1940 (figuras 1 a 10); 1960, com a conversão do espaço em estacionamento de carros e terminal de ônibus (figura 11); 1982, com a transformação em Praça em espaço de pedestres e remodelação do estacionamento de carros (figura 12); 1986, com a reintegração dos terminais de ônibus e mudança do espaço do estacionamento (figuras 13 e 14); e, por fim, 1998-2003, com a remodelação total e conversão da Praça em atrativo público (figuras 15 a 19). O processo no qual

iremos centrar as atenções refere-se ao último instante de re-construção da Praça da Sé, ocorrido a partir de agosto de 1998.

Como já comentamos, esta reconstrução foi idealizada como um dos eventos em comemoração aos 500 anos do Brasil e 450 anos de Salvador, e ocorreu entre agosto de 1998 a maio de 2002. De projeto do famoso Arquiteto Assis Reis, para a Praça da Sé foi proposta uma reformulação imensa no espaço urbano e, sobretudo, a mudança da funcionalidade do local. Neste processo de reconstrução novos elementos foram integrados: o belvedere (Boa Vista), caracterizado como uma área de mirante para a cidade baixa; a Cruz Caída, monumento de Mário Cravo em homenagem a demolição da Sé; a cafeteria, criando condições de parada e descanso aos visitantes; as estátuas monumentos do primeiro bispo do Brasil (Bispo Sardinha) e do primeiro Governador Geral do Brasil (Thomé de Sousa); a fonte cibernética associada a um grande banco em forma de cruz de Cristo⁵; e a exposição de ruínas da antiga igreja da Sé (1552-1933), do Colégio dos Jesuítas (1549-1801) e da Praça Dona Isabel (1860-1933) (figuras 15 a 19).

Além disso, toda a Praça foi revestida com mármore de diversos tipos e tonalidades, detalhada com aço inoxidável na separação dos pisos e nas grades de proteção. Compuseram ainda o ambiente: canteiros ajardinados com pequenas árvores, flores e grama, circundados com bancos de mármore vermelho. Isto é, tornando a Praça não apenas um local de passagem, mas, de contemplação e convivência. Diferente de todos os projetos anteriores, que primavam o espaço com função comercial, este visou tornar a área um espaço de entretenimento público, com a construção de uma série de atrativos. É justamente na integração destes novos elementos com os pré-existentes que iniciam os contrastes e conflitos de interesses: a guerra do novo patrimônio com o velho patrimônio, que passaremos a demonstrar.

⁵ A cruz da Ordem dos Templários.

Iniciemos com os conflitos gerados na confecção da Praça, cujo projeto inicial havia sido submetido ao IPHAN e aprovado com apenas um condicionante: que se realizassem escavações arqueológicas na área que correspondeu à igreja da Sé.

Começamos pelo prédio da cafeteria. Ao final de sua construção, em 1998-9, realizada de maneira rápida⁶, percebeu-se que este novo edifício encobriu a lateral de um edifício histórico: a Santa Casa de Misericórdia, além da visibilidade da baía de Todos os Santos, a partir de uma área do belvedere. Aliado a isto, a morosidade do órgão nacional de proteção, que só veio a perceber este fato depois que a obra estava concluída. Com esta situação flagrada, mesmo estando com equívocos na condução do processo, o IPHAN convidou os executores da obra a retirarem o edifício do espaço, por atrapalhar a visibilidade do prédio histórico e da baía de Todos os Santos. Esta situação gerou uma série de conflitos e culminou com o embargo de toda obra da Praça. Mais de um ano de discussões foi realizado (com o IPHAN, Ministério Público, Prefeitura Municipal de Salvador e Especialistas), de maneira a encontrar uma saída que permitisse a permanência da cafeteria (que já estava erguida) em comunhão com o entorno e, sobretudo, a continuidade das obras da Praça. A solução dada foi cortar o novo prédio ao meio, rebaixando-o e novamente disponibilizando a lateral da Santa Casa de Misericórdia e a visibilidade da baía de Todos os Santos. O que de fato ocorreu!

Outra situação foi a pretensa construção de um memorial subterrâneo à cidade de Salvador (uma espécie de cripta subterrânea), que, na superfície, se manifestaria com uma entrada em parede com abobadas de vidro azul (figura 15), situada ao lado da Catedral Basílica. Tendo em vista que tal obra geraria alto impacto no solo da Praça, o IPHAN, alertado por arqueólogos (uma vez que a obra já havia

⁶ A área em que se situa o prédio foi precedida de escavações arqueológicas, pois, está em um dos contextos associados a antiga igreja da Sé: o adro, correspondente ao sítio da Praça Dona Isabel, também utilizada para enterramentos.

sido liberada), solicitou que se realizassem sondagens arqueológicas na área. Desta maneira, as prospecções redundaram na localização de parte do Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas de Salvador, numa série de estruturas oitocentistas e também de contextos relativos a uma ocupação pré-colonial de grupo ceramista Tupi (Etchevarne *et alli*, 2001; 2002). Apesar das descobertas, inúmeras propostas de retirá-las do espaço para continuidade das construções foram feitas, o que, felizmente, não foi realizado.

Desta maneira, novas alternativas tiveram que ser estudadas, levando em consideração a impossibilidade de construção de alto impacto no solo, tendo em vista a importância histórica reconhecida nos contextos arqueológicos então identificados. Foi assim que se abortou o projeto do memorial subterrâneo e, em substituição, a inclusão do projeto da fonte cibernética⁷ e a exposição de parte dos alicerces do Colégio. A inserção da fonte cibernética na composição formal artística da Praça respeitava os contextos arqueológicos, de maneira que não foi inviável executá-la⁸. Todavia, a exposição dos alicerces não foi tão simples. A delimitação da área do sítio que ficaria em evidência, ainda, suscitou muito ‘*jogo de cintura*’ dos especialistas. Isto porque, tal delimitação do espaço do que iria ser exposto foi definido arbitrariamente e, por isso, não correspondia à área onde estavam as evidências.

O sentido que levou a definição daquele espaço era estético, considerava os aportes formais artísticos de concepção da nova Praça, o que, naturalmente, não correspondia aos espaços anteriormente edificadas. O que se observa é que apesar da substituição do projeto antigo por um novo, apesar de disponibilizados dados que comprovavam a existência e localização de estruturas de grande importância

⁷ A fonte cibernética associa movimentos de água, luz e som.

⁸ No que concerne às estruturas visíveis, pois, a construção de uma casa de máquinas subterrânea teve que levar em consideração as estruturas pré-existentes. Desta maneira, a casa de máquinas foi projetada para se adequar aos espaços vazios entre as estruturas.

histórica, apesar de o projeto ter sido alterado em função desta localização, ainda, pouco importava o que se havia encontrado. Tanto que, sequer consideraram a disposição das estruturas para a integração das mesmas na Praça. Em função disso, mais uma vez, novas discussões foram travadas, de maneira a promover o deslocamento da área de exposição para os contextos de interesse.

Isto não ocorreu apenas na área do Colégio dos Jesuítas, mas, também na antiga igreja da Sé. Os setores de escavação arqueológica, por exemplo, já eram previamente definidos no Projeto da Praça, de maneira a desconsiderar todo o entorno como objeto de observação arqueológica, interessando apenas os alicerces, como se, de certa forma, apenas os bens edificados (arquitetônicos) fossem vistos como patrimônio. Todavia, no caso da igreja da Sé, como em qualquer igreja brasileira construída até o século XIX, o problema é mais complicado. Isto porque até a primeira metade deste século era hábito se enterrar as pessoas nas igrejas, seja no interior ou no entorno imediato, haja vista que não existiam cemitérios. Deve-se ressaltar que enterrar em igrejas se apresentava para os fiéis como garantia a salvação da alma. Só com o crescimento demográfico das cidades, quando os sepultamentos eram realizados em lapsos de tempo cada vez menores e, por isso, os solos das igrejas não suportavam mais tantos enterramentos é que os cemitérios fizeram-se necessários, além da questão da higienização urbana, por conta das epidemias (REIS, 1999)⁹.

Além dos enterramentos, outros tipos de estruturas arqueológicas vão ser muito comuns nestas áreas, a exemplo dos lixões e dos aterros. Nas cidades coloniais portuguesas, pela própria precariedade de serviços de saneamento básico, era corriqueiro que os lixos e esgotos fossem descartados nos próprios quintais associados às moradias. Quando a quantidade de lixo era grande, muito comumente

⁹ No caso de Salvador, o primeiro cemitério a ser criado foi o Campo Santo, em 1836.

era transportado para outros setores da cidade, provendo aterros, em alguns casos utilizados em construção, ampliação de áreas de cidades¹⁰, ou mesmo para re-estabelecimento ou nivelamento de encostas, como ocorreu no adro da Sé, que estava à borda da escarpa de falha de Salvador. Esta situação iria se intensificar nos séculos seguintes, conforme corrobora afirmativa de Leila Mezan Algranti, que entre os séculos XVIII e XIX, quando se começa a mudar o eixo comercial do Brasil do meio rural para o urbano e a vida da família no domicílio se torna mais intensa, as relações domésticas de cozinha nas cidades aconteciam vinculadas aos quintais (1998: 92-98).

Ou seja, não importam apenas os alicerces, mas, uma gama de evidências arqueológicas não estruturais (porém, estruturadas), associadas a estes, que auxilia ao entendimento e explicação dos contextos em observação: além das ruínas existem os esqueletos, adornos corporais, botões, alfinetes, moedas, louças, cerâmicas, vidros, tijolos, telhas, cravos, carvões, pedras, etc. É na correlação destes diversos elementos materiais encontrados numa escavação, na leitura deste arquivo guardado sob o solo, que reside parte da tarefa do arqueólogo. Com este quadro, considerar apenas os alicerces como evidência é tornar, deliberadamente, o contexto arqueológico mais empobrecido do que o é; por isso, é primordial observar o sítio em sua “*unidade total*”, conforme preconiza Cesare Brandi¹¹. No caso da Sé, cuja quantidade de esqueletos superou 300 indivíduos, a pressão para desocupação do espaço foi constante e, por isso, não raros eram os embates, reuniões e reajustes.

E, aqui, evidencia-se mais um fator que em nada contemporiza arqueologia com empreendimento de construção: tempo. A localização, registro e resgate destes

¹⁰ Como, por exemplo, ocorreu em Recife antigo.

¹¹ Nestes aspectos, Cesare Brandi apresenta dois conceitos que devem ser vistos de maneira integrada: unidade do todo, que se refere a obra com relação ao seu valor estético; unidade total, que se relaciona as partes da obra concebidas separadamente, sem se perder a visão de que estas partes integram um todo, o que quer dizer que as partes separadas deixam de ter valor estético, mas adquirem valor histórico.

elementos materiais, majoritariamente vestigiais, demanda do arqueólogo muito tempo, e caso haja a falta dele, o profissional atua mais sob a pena de destruir o patrimônio do que o salvar. Por sua vez, os empreendimentos de construção atuam em função do capital monetário, atuam em função do mercado econômico, das pressões políticas e imobiliárias, de maneira que quanto mais rápido uma obra é realizada, mais sucesso terá o empreendimento, portanto, mais retorno de capital monetário. Fazer um construtor – cioso e convicto da importância progressista de sua atividade, além do retorno que dela terá – entender que ruínas, cacos e ossos são importantes, exige muita paciência e determinação. Como, em verdade, o sentido da preservação afigura-se como uma questão de cidadania, aderida num processo educativo que se inicia desde a infância, nestas relações contrastantes o máximo que se consegue é estabelecer limites de trabalho e não comunhão.

Na Praça da Sé, em que o tempo de construção, para inseri-la nas comemorações dos 450 anos de Salvador e 500 anos do Brasil, era extremamente curto e, em contraponto, a quantidade de evidências arqueológicas pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais era imenso, uma verdadeira arena entre patrimonialistas e construtores estava montada. Aliado a este fator, a Praça da Sé está situada no núcleo mais antigo da cidade de Salvador, onde maior número de eventos historicamente significativos ocorreu e, portanto, a possibilidade de observação de sucessão de tempos a partir dos vestígios materiais é também maior. Ademais, vários bolsões com materiais indígenas (cerâmicas, conchas, tembetás, etc), que antecedem a ocupação européia, foram identificados, de maneira a demonstrar que este espaço tem ocupação anterior a 450 AP¹² (por isso, antes da existência da cidade). Esta

¹² Antes do Presente. Os materiais indígenas do sítio antiga igreja da Sé obtiveram uma profundidade cronológica de 610±65 AP (setor D, quadra F-6 e nível 120-130cm) e 530±55 AP (setor C, s/quadra e nível 110cm). Tais datações foram realizadas em fragmentos de cerâmica pela técnica de termoluminescência, na Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC-SP.

quantidade de ocupações do mesmo espaço leva a que qualquer buraco que se faça na Praça da Sé um vestígio pretérito emirja.

Neste sentido, o fator tempo, aqui, não pode ser entendido apenas como tempo de resgate arqueológico e tempo de construção, mas, tempo histórico¹³. Trata-se de como o mesmo espaço pode atestar o devir da vida no suceder de eventos. Isto, por si só, em termos culturais reforça o sentido de identidade e em termos biológicos o sentido de transitoriedade da existência, de mudança.

Enfim, todo esse conflito gerado poderia ser minimizado se caso a intervenção arqueológica precedesse a construção da Praça. Desta maneira, a arqueologia forneceria, previamente, parâmetros precisos acerca dos contextos existentes, auxiliando a condução do processo de remodelação. Portanto, os entraves gerados foram frutos de interesses distintos que, pelas próprias naturezas diversas, atuam em tempos diferentes e, por isso mesmo, não podem ser contemporizados. O estreitamento desta relação, indubitavelmente, resulta em perdas para ambas as partes, ou, quase sempre, para parte menos defensável. Neste caso, o patrimônio.

Para solucionar um entrave desta natureza, na relação patrimônio *versus* empreendimento de construção, podemos tentar partir dos tempos estabelecidos:

- O tempo do trabalho arqueológico, que é lento e atua, ou pelo menos deve atuar, em prol dos contextos arqueológicos;
- O tempo de empreendimento de construção, que é rápido e atua em função do mercado econômico, das pressões políticas e imobiliárias;
- O tempo histórico, que resulta da sucessão de eventos num determinado espaço (passado e presente) e, portanto, é contínuo e que antecede, está e

¹³ A idéia de tempo histórico que tratamos aqui é linear, cronológica.

sucede ao tempo de trabalhos arqueológico e o tempo de trabalho do empreendimento de construção.

A idéia aqui é que o tempo histórico, que tem primazia tanto para a arqueologia quanto para a construção, seja respeitado em toda e qualquer situação de implementação de algo novo¹⁴. Ainda assim, entendemos que o trabalho arqueológico deve preceder aos empreendimentos de construção. Essa afirmativa, como se sabe, não é nova, muito menos original, e está expressa, inclusive, na legislação arqueológica de nosso país (Lei 3.924/61, Portaria 07/88, Portaria 230/02 e Portaria 28/03) e nas cartas patrimoniais de Nova Deli (1956), de Veneza¹⁵ (1964) e de Lousanne (1990) (Cury, 2000). A portaria IPHAN 230/02, por exemplo, dita que os trabalhos arqueológicos devem preceder os empreendimentos construtivos de alto impacto no solo. Todavia, na prática isto quase nunca ocorre!

Não estamos aqui fazendo defesa do velho em detrimento do novo, até porque tanto a preservação do antigo quanto a construção do novo são necessidades atuais, presentes, por isso, são válidas dentro de seus âmbitos. Estamos, sim, buscando levantar os problemas advindos da integração entre ambos, a fim de tentar a solução que não acarrete em prejuízo para nenhuma das partes. A idéia de precedência dos trabalhos arqueológicos, parte da premissa que não se deve apagar a história dos espaços¹⁶ – conseqüentemente, dos indivíduos que neles estiveram – em função destas representarem explicações identitárias à existência humana.

¹⁴ Entendemos que os trabalhos arqueológicos também caracterizam a implementação de algo novo, pois, este se configura como necessidade presente, atual, apesar de seu objeto de estudo ser antigo.

¹⁵ “A restauração sempre será precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento” (CURY, 2000: 93).

¹⁶ Falamos em espaço enquanto expressão física dos eventos e dinâmicas sociais, que por ser material pode ser restaurada.

Mesmo assim, a identificação de contextos arqueológicos não pode ser vista como fator negativo na construção. Muito pelo contrário! Esta identificação, sim, irá apoiar de maneira única, factual, a intervenção de restauro ou de construção. No restauro isto é muito fácil de perceber, haja vista que a restauração e a intervenção arqueológica atuam no sentido da preservação. Na construção, já é um pouco mais complicado. Contudo, resumimos nossa observação dizendo que uma nova construção que nasce imbuída de um sentido histórico tem valor de contemporaneidade duas vezes: uma, por ser fruto de sua época, representante do contexto atual; a outra, conforme a perspectiva de Alöis Riegl, porque tem valor de rememoração, pois, re-significa, revive e atesta na atualidade o constante suceder de acontecimentos, do qual ela própria é mais um episódio (1987 [1903] e 1989 [1903]). O sentido de comunhão nasce, portanto, da diversidade que opera nos dois campos de ação: na preservação e na construção.

3. A integração da nova Praça da Sé no contexto urbano: o patrimônio vivo

Até então centramo-nos numa série de contrastes e confrontos gerados no processo de remodelação da Praça da Sé, que, indubitavelmente, envolveram os patrimônios arqueológico e arquitetônico. Passemos agora a entender a inclusão destes novos elementos no cenário urbano. Como se sabe, o cenário urbano não pode ser entendido apenas de setores organizados em alinhamentos de ruas, com edifícios com funcionalidades específicas. É, sobretudo, cenário de atores sociais que dão significados a todo este complexo formado pela malha urbana. É no sentido conferido por estes atores que se pode entender a dinâmica da cidade, a dialética dos edifícios.

Apesar de estarem conjuntamente elementos novos e velhos num mesmo ambiente, ambos devem ser considerados novos no contexto urbano: tanto o patrimônio arqueológico quanto a nova Praça. Como se sabe, os vestígios arqueológicos então identificados não eram conhecidos pela comunidade soteropolitana. Tendo em vista que a igreja da Sé, o Colégio dos Jesuítas e a Praça D. Isabel existiram erigidas até 1933, 1801 e 1933, respectivamente, muito pouco restou de história oral acerca dos mesmos. Apesar de academicamente conhecidos, nenhuma evidência visível permitia ao cidadão comum compreender o que ocorreu. Todos os vestígios estavam sob o solo da Praça, caracterizados por estruturas de alicerces, algumas centenas de esqueletos, além de uma enorme gama de artefatos móveis. Portanto, trazer ao lume estes materiais era tarefa de especialistas. Só após as escavações arqueológicas foi possível reconhecer a área da igreja da Sé, parte do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas e a Praça Dona Isabel.

No que se refere à esfera dos valores observados na obra de Alöis Riegl, as estruturas arqueológicas viriam a tona a partir de um “*valor histórico*”¹⁷. Só após este instante inicial, depois de reveladas as estruturas, sim, o “*valor de antiguidade*”¹⁸ emergiria, tornando aquelas ruínas um claro testemunho da transitoriedade da vida. Neste caso, ambos os valores não se anulam entre si, mas, interagem mutuamente. Podemos apenas considerar que num primeiro momento o valor histórico atuou em maior grau, por preceder e justificar as intervenções. Contudo, depois de evidenciada

¹⁷ Histórico, para Riegl, representa tudo que foi e agora não é mais; o testemunho de algo passado, que, sem a pretensão de se tornar monumento, chega-nos como atestado material do desenvolvimento passado. É justamente no fato de representar certo desenvolvimento que reside a idéia de valor histórico.

¹⁸ Para Riegl, o valor de antiguidade começa assim que é terminada a confecção da obra, quando se inicia a atividade destruidora da natureza. É justamente a ação do tempo, a pátina, o aspecto de velho, que confere o sentido de antiguidade.

as estruturas, ambos os valores – histórico e de antiguidade – atuaram em complementaridade.

Por sua vez, estes valores, justamente pelos sentidos que neles operam, permitem rememorar, atestar, reconhecer um suceder de tempos nas ruínas então expostas. Assim, ficamos frente ao sentido contemporâneo dos sítios arqueológicos, o que Riegl vai chamar de “*valor de contemporaneidade*” ou “*valor de rememoração*”. Não obstante isto, mas, ainda sob a égide da perspectiva de Riegl, a integração destes dois elementos no contexto urbano (os vestígios arqueológicos e a nova Praça da Sé) passa a consagrar dois instantes distintos: a história material da cidade e a comemoração da história da cidade. Assim, os sítios arqueológicos passam a ser monumentos não intencionais, e a nova Praça da Sé monumento intencional¹⁹.

Todavia, entender a rememoração destes monumentos como valor único a sua reintegração no contexto atual é limitado. Isto porque uma série de outros valores atuou para trazer a tona e integrar esses novos elementos no contexto urbano.

Desde seu gradativo abandono no século XIX até a década de 80 do século XX, todo o Centro Histórico de Salvador foi visto como um ambiente macabro, velho, onde toda “escória social” e a “vida noturna de perversão” existiam: venda de drogas, prostituição, bares, etc. Ou seja, lugar em que nenhum “cidadão de bem” circulava. Todavia, o que na verdade ocorria é que o Centro Histórico era habitado pela população pobre de Salvador, que se valia dos edifícios velhos e desabitados para a moradia, e nestas áreas vivia com precariedade de recursos monetários e de infra-estrutura básica. Neste sentido, a falta de um olhar mais atento às pessoas que ali residiam, por parte do poder público, aliada à escassez de recursos e o abandono,

¹⁹ Para Riegl, num primeiro instante a idéia de monumento pressupõe intencionalidade, isto é, uma obra realizada deliberadamente para marcar um fato importante: monumento intencional. Todavia, com o reconhecimento do valor histórico das obras humanas como representante de tudo que foi e agora não é mais, mesmo sem a pretensão de se tornar monumento, chega-nos como atestado material do desenvolvimento passado, logo: monumento não intencional.

tornaram o ambiente propício à instalação e fortalecimento de alguns poucos indivíduos que cometiam atitudes consideradas ilícitas. Não apenas cometiam tais atitudes, como utilizavam os moradores do Centro Histórico como mão-de-obra, seja para venda de produtos ilegais ou para aluguel dos corpos destes moradores. Justamente pela falta de atenção à área do Centro Histórico, estes exploradores tornaram-se senhores, fazendo desse espaço seus próprios impérios urbanos, onde submetiam a população ao seu domínio. Mesmo subjugados aos mandos e desmandos de traficantes e proxenetas, sem ter para onde ir, a população mantinha-se fixada na área, transmitindo vida ao aparente cenário de abandono.

A partir do processo de reforma do Centro Histórico, no início da década de 90, todos moradores que ali residiam foram parcamente indenizados e/ou expulsos pelo governo, no intuito de liberar espaço para o aproveitamento turístico. Fora de casa e sem alternativas, os agora antigos moradores passaram a viver nas áreas de entorno do Centro Histórico, favelados na escarpa que separa a cidade baixa da cidade alta, deliberadamente escondidos e barrados pelas fachadas dos prédios reformados; ou mendigos na Baixa dos Sapateiros, de onde se negam a sair. Em substituição a população expulsa, os edifícios foram basicamente ocupados por restaurantes e lojas de souvenir em condição de concessão de uso, como residências de artistas ou alugados pelos novos proprietários. Ocorre que em menos de dez anos o Centro Histórico foi transformado em um verdadeiro pólo turístico.

Com esta reformulação e toda ‘teatralização’ dela advinda, o Centro Histórico passa a ter um novo sentido. O local é transformado, fica “bonito e seguro”, permitindo o retorno do “homem de bem” a esse setor da cidade. Neste processo, o mármore e o aço (materiais muito utilizados na arquitetura contemporânea), integrados no projeto da Praça da Sé, têm papel fundamental. Pela sua utilização restrita à classe que detém maior renda monetária, no imaginário popular estes

materiais conferem certo ar de nobreza e requinte ao espaço, de maneira a fazer o local menos “feio e antiquado” com os prédios históricos. Assim, a nobre Praça passa a ser digna da presença ‘cidadã’.

Contudo, por trás desta aparente calma e suntuosidade, uma nova organização social se estruturou, permitindo a confluência de vários atores no mesmo cenário, dos quais alguns são supostamente divergentes dos novos interesses de uso do centro histórico: a população pobre expulsa, os visitantes turistas e os visitantes locais. Como foi demonstrado, durante muito tempo a Praça da Sé foi utilizada como estacionamento de carros, terminal de bondes e de ônibus; com a remodelação a Praça passa a ser área de entretenimento. No campo social, a situação se altera pouco. Se em um dado instante foi área discriminada, onde convivia a classe marginalizada, agora vira área elitizada, simbolicamente acessível a poucos. Mas, a população marginalizada, bem como seus exploradores, não saem do ambiente, apenas o re-significam. Alguns passam a vender quitutes (cafezinho, pipoca, acarajé, doces, etc.) e outros, artesanato local (pulseirinhas, fitas do Senhor do Bomfim, berimbaus, etc.); alguns pedem esmolas e outros utilizam os novos bancos da Praça da Sé como ponto de encontro. Nestes bancos, mulheres ficam distribuídas como visitantes comuns, esperando prováveis clientes, seja para prostituição ou para venda de drogas. Isto é, nestes dois últimos casos (os esmoleres e as mulheres) os antigos atores permanecem, só que silenciados pela re-significação dos monumentos e pela re-ocupação do espaço da Praça.

Mas esta febre monumental é recente, contrária e negligente ao cenário social que existia no centro histórico. Durante muito tempo o patrimônio que aí existiu foi esquecido, deixado à margem. Demolições, construções e reconstruções foram realizadas, sem sequer lançar o olhar para a importância do patrimônio aí existente. Um real cenário de abandono. Às vésperas do século XXI, de maneira atropelada, o

patrimônio é observado, em função das privilegiadas possibilidades de retorno direto que dele se poderia obter. Neste contexto, políticos e empresários da indústria turística imperaram com um ‘sentimento preservacionista’. Fica claro, então, que a preservação do patrimônio ocorreu em função de interesses particulares. Esta situação demonstra que apesar de ser entendido como bem de todos, o patrimônio ainda é um elemento de observação e manipulação de poucos. É um elemento que mais favorece manutenção do *status quo*, do que auxilia na democratização do conhecimento de nossa existência, de nossa história.

4. Considerações finais

Como se sabe, os chamados centros históricos, em seus momentos iniciais de formação (séculos XVI ao XVIII) eram utilizados como sede do poder administrativo, eclesiástico e marcial. Com o passar dos tempos e ampliação das cidades, tais centros passam a ser considerados inadequados às novas necessidades urbanas, sendo vistos como velhos e insalubres. Com esta situação marcada os prédios começam a ser desocupados no século XIX, provocando uma nova distribuição espacial à cidade, no sentido centro – periferia, em que os detentores de maior renda passam a ocupar as margens das *urbes*, construindo casas e condomínios. Assim, há o esvaziamento dos centros históricos com conseqüente abandono dos prédios e, por conseguinte, ocupação pela população pobre urbana no início do século XX.

Com o advento dos 500 anos do Brasil há a re-significação dos centros históricos, quando estes são re-valorizados e, neste sentido, há a inversão do movimento ocupacional (agora, periferia – centro), com retorno de alguns agentes detentores de renda ao centro histórico. Este movimento é, por alguns, chamado de “reabilitação urbana”, que, como demonstramos, mais atua no sentido de manter a segregação de classe que a comunhão em prol do bem comum: o patrimônio.

Assim, como esperamos ter deixado evidente, o sentido da preservação depende de muitos atores, que neste espaço atuam de maneiras e graus distintos, conferindo aos centros históricos diferentes sentidos. Pelos dados apresentados, a natureza polissêmica da Praça da Sé fica expressa:

- Para o poder público, como ponto de projeção política;
- Para especialista da preservação, como momento de atuação;
- Para os órgãos gestores do patrimônio, como “cartão de visita”, área referência de atuação;
- Para os particulares, como fonte de obtenção de lucro;
- Para os turistas, como área de observação e conhecimento (entretenimento), em muitos casos expressão de requinte;
- Para a população soteropolitana, como área de visita ou passagem;
- Para os ex-moradores do Centro Histórico, como área de trabalho, busca de sobrevivência.

Imersos nesta cadeia de sentidos e em segundo plano ficam os patrimônios arquitetônicos, históricos e arqueológicos. Dada a quantidade de interesses e agentes que giram em torno da preservação, resta uma pergunta: para quem preservar?

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: **História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa**, vol. 1, 4^o reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRANDI, Cesare. **Princípios de teoria de la restauracion**. México: UNAM, 1971.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**, 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO NETO, Francesco; SOUSA, Ana. **Sítio Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas: relatório final das prospecções – segunda etapa do plano de intervenções arqueológicas** (agosto e setembro de 2000), vols 05 e 06. Salvador: MAE/UFBA, 2001 (texto digitado).

ETCHEVARNE, Carlos; COSTA, Carlos. **Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas de Salvador: relatório referente ao plano de atividades para propiciar a evidenciação, consolidação e exposição dos alicerces**. Salvador: MAE/UFBA, 2002 (texto digitado).

FERREZ, Gilberto. **Bahia velhas fotografias**. Salvador: Livraria Kosmos Editora, 1989.

REIS, João José Reis. **A Morte é uma Festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RICARDO, Carlos Alberto. *“Passados 500 anos, sequer sabemos seus nomes”*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli (Org.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: EDUSP, 2001.

RIEGL, Aloïs. **Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica**. São Paulo:

IPHAN, 1989 [1903].

RIEGL, Aloïs. **O Culto Moderno aos Monumentos: caracteres e origens**. Madrid:

Visor Distribuciones S/A, 1987 [1903].

SANTOS, Manuel Mesquita dos. **A Sé primacial do Brasil – notícias históricas**.

Salvador: Cia editora e gráfica da Bahia S.A., 1933.

Imagens



FIGURA 1- 1928. À direita, prédio hoje ocupado por órgão da Prefeitura Municipal de Salvador e Coelba; a esquerda, os dois quarteirões demolidos em 1933 e, ao fundo, a lateral da antiga igreja da Sé (Santos, 1933).

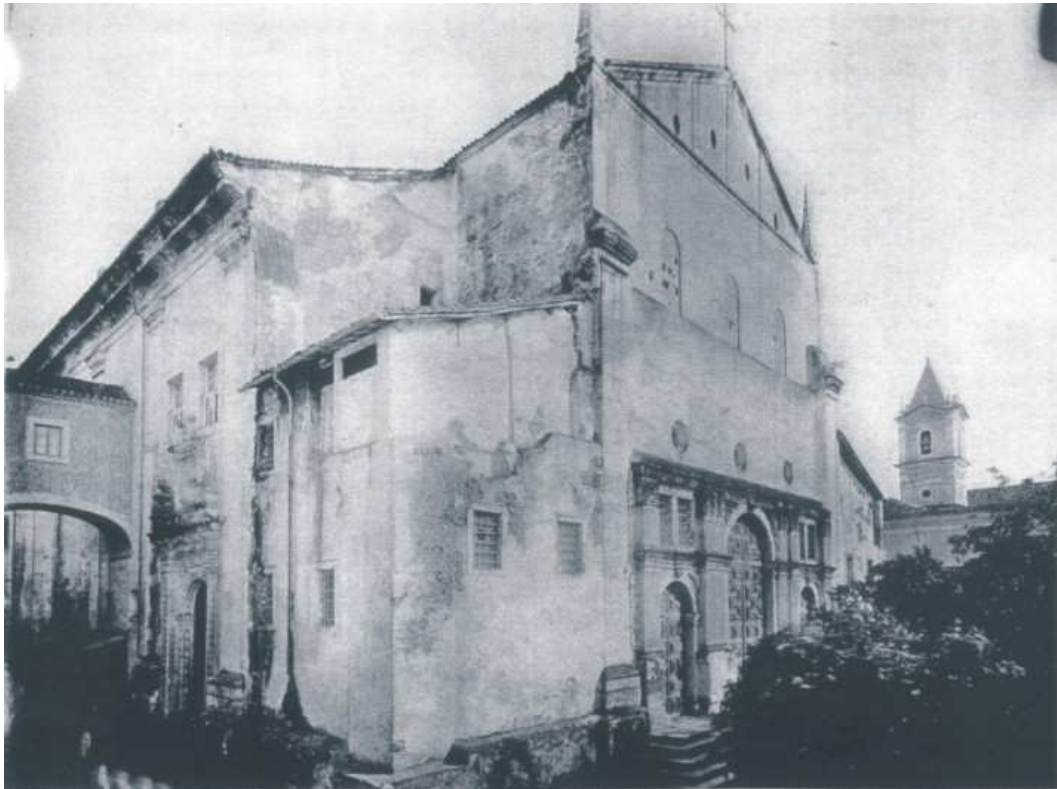


FIGURA 2- 1928. Fachada da antiga igreja da Sé, cinco anos antes da demolição (Santos, 1933).



FIGURA 3- 1933. Demolição da antiga igreja da Sé (Santos, 1933).



FIGURA 4- 1859. Do lado esquerdo da Igreja Catedral Basílica, observa-se um pequeno prédio de três pavimentos, e a lateral de um segundo prédio, que compunham algumas das edificações que existiam nos quarteirões oitocentistas demolidos no século XX (Mulock apud Ferrez, 1989).



FIGURA 5- Década de 30 do século XX. Observa-se a antiga rua onde passavam as linhas de bonde, vista no sentido da Rua Chile à Igreja do Colégio dos Jesuítas (atual Catedral Basílica de Salvador). Esta rua estava situada entre os quarteirões que existiam na área da atual Praça da Sé (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 6- 1940. Início da demolição dos quarteirões oitocentistas que existiam nas proximidades da Sé. O espaço que está vazio era ocupado pela antiga igreja da Sé (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 7- 1940/41. Fotografia tomada depois da demolição dos quarteirões e o início do processo de construção da primeira Praça da Sé. Perspectiva a partir da atual Catedral Basílica de Salvador. Foto publicada no relatório da gestão do Prefeito Neves da Rocha (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos)



FIGURA 8- 1940/41. Praça da Sé já concluída em sua primeira conformação; fotografia tirada a partir da atual Catedral Basílica de Salvador. Foto publicada no relatório da gestão do Prefeito Neves da Rocha (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos)



FIGURA 9- Década de 40 do século XX. A Praça da Sé como espaço urbano utilizado. Fotografia tirada a partir da área da Misericórdia (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 10- Década de 40 do século XX. A Praça da Sé e o uso como área de circulação e estacionamento de veículos. Fotografia efetuada a partir da área da igreja Catedral Basílica (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 11- Década de 60 do século XX. Praça da Sé com outra conformação, em que já permite o estacionamento de ônibus. Vista geral desde uma perspectiva da lateral da Catedral Basílica (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 12- 1982. Vê-se a Praça da Sé passando por uma nova remodelação, vista numa perspectiva tirada a partir da lateral da Catedral Basílica (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme



FIGURA 13- 1986. Praça da Sé com uma pista asfaltada para passagem de carro à frente do Palácio Arquiepiscopal. Fotografia com perspectiva aérea, tirada a partir do Edifício Themis (Arquivo da Fundação Gregório de Mattos).



FIGURA 14- Década de 1990. Foto aérea, em que a Praça da Sé aparece no canto direito inferior com terminais de ônibus (Arquivo do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia).

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.
 V. 07. N. 18, out./nov. de 2005 – Semestral
 ISSN -1518-3394
 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme



FIGURA 15- 1998. Imagem em perspectiva da Praça da Sé do Arquiteto Assis Reis (Arquivo do Laboratório de Arqueologia / UFBA).



FIGURA 16- 1998. Planta baixa do Projeto da Praça da Sé do Arquiteto Assis Reis (Arquivo do Laboratório de Arqueologia / UFBA).



FIGURA 17- 2002. Sítio Colégio dos Jesuítas visto do alto, após a integração no Projeto da Praça (Arquivo do Laboratório de Arqueologia / UFBA).



FIGURA 18- 1999. A Praça da Sé após a inauguração da primeira etapa das obras de remodelação (Arquivos do Laboratório de Arqueologia / UFBA).



FIGURA 19- 2002. A Praça da Sé após a inauguração da segunda etapa das obras de remodelação (folder comemorativo da Prefeitura Municipal de Salvador).